

## **Diretrizes da política africana do Governo Federal**

África é um continente em processo de transformação. Sucessos no desenvolvimento político e económico comprovam o efeito das crescentes responsabilidades e contribuições que África tem vindo a assumir. A Europa e a Alemanha devem e querem continuar a apoiar e fomentar tais conquistas numa cooperação de igual para igual com os parceiros africanos.

Contudo, ainda persistem fragilidades e riscos políticos e económicos. Os seus efeitos afetam a Europa de maneira cada vez mais direta. As crises e os conflitos que surgem de forma repentina não são determinantes para vastas regiões de África, e as organizações e os Estados africanos mostram-se dispostos a assumir a gestão das crises. No entanto, devido à escassez dos recursos africanos, continua a ser necessário que a comunidade internacional ajude na redução de pobreza e fragilidade, no combate a riscos e na superação de crises.

A fim de estar à altura da complexidade dos desafios do continente, almejamos uma **abordagem política ampla em relação a África**. Condições gerais em constante transformação e expectativas crescentes em relação à nossa política exigem uma focalização e definição de prioridades adaptada em relação à Estratégia do Governo Federal para África de 2011. A nossa abordagem precisa de dar destaque às oportunidades de uma cooperação em pé de igualdade com África que esteja baseada em valores e Direitos Humanos e orientada pelo benefício comum, bem como dar destaque às possibilidades das nossas contribuições, identificar os riscos e estar focalizada no fortalecimento de desenvolvimentos positivos e no combate a desenvolvimentos negativos.

Neste processo, o Governo Federal deverá ter como exigência formular ativamente prioridades, interesses e objetivos da política alemã e **agir rápida e marcadamente, com antecedência e determinação**, seja a nível nacional, no âmbito de atuação da UE ou no contexto das Nações Unidas. A coordenação e coerência para todas as **atividades do Governo Federal** são condição para a eficiência de uma abordagem ampla e bem articulada que almeja ter sucesso a longo prazo. A sociedade civil e os setores da economia, ciência e cultura precisam de ser incluídos para que possam contribuir de forma ativa para a configuração das relações com África.

### **1. Contexto: Relevância crescente de África para a Alemanha e a Europa**

Uma análise realista mostra: África é um continente do futuro e das oportunidades, mas continua a apresentar desafios e riscos para a continuação do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a relevância de África e a sua integração na comunidade internacional estão a crescer.

**Os potenciais de África** estão baseados no seu desenvolvimento demográfico com um mercado de futuro imenso com uma alta taxa de crescimento económico, em recursos naturais abundantes, grandes potenciais para a produção agrícola e a segurança alimentar por esforço próprio, uma classe média crescente e uma população jovem e criativa que, entre outros, usa a tecnologia da informação e a comunicação móvel de maneira inovadora. As taxas de crescimento dos últimos anos têm estado acima da média global e, tendencialmente, as perspectivas podem ser consideradas positivas. Os mercados africanos estão a desenvolver-se de forma dinâmica e estão a tornar-se cada vez mais interessantes para a economia alemã – para além do setor de matérias-primas – devido ao crescente poder de compra, à procura de produtos alemães de qualidade e de conhecimentos especializados e a investimentos crescentes e ofertas inovadoras.

Ao contrário da percepção generalizada, a **estabilidade** em África tem aumentado. Instituições e desenvolvimentos democráticos têm-se consolidado em muitos Estados e abrem potenciais de crescimento para sociedades dinâmicas. Existe uma grande disposição para assumir responsabilidade própria e um crescimento de auto-investimentos africanos. Os progressos na integração regional através do estabelecimento de mercados comuns e da criação de uma arquitetura de segurança não são negligenciáveis. A União Africana e organizações regionais têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante na solução de conflitos e a limitar governos autoritários ou a reagir a tentativas de golpe.

Contudo, continua a haver **desafios** em larga escala: transformações sociais profundas e extremamente rápidas, como a urbanização e a perda de modelos de orientação consolidados, polarização social, alta taxa de crescimento populacional, pobreza e desemprego altos e crescentes em termos absolutos, sobretudo entre os jovens, violações de Direitos Humanos, discriminação estrutural das mulheres e violência de género, fome e desnutrição, relações de trabalho precárias, sistemas de segurança social inexistentes ou insuficientes, participação insuficiente de organizações da sociedade civil, sobretudo de grupos populacionais menos favorecidos, sérios atrasos na área do desenvolvimento humano, sobretudo na educação e formação profissional, corrupção generalizada, crescimento económico muitas vezes desigual em termos sociais e suscetível a influências externas. Apesar do desenvolvimento dinâmico da economia, esta não está em condições de acompanhar o ritmo do crescimento populacional.

Também devem ser considerados o potencial de desestabilização de crises regionais (por exemplo, refugiados e deslocados), os efeitos da mudança climática, a excessiva exploração e a falta de proteção de recursos naturais e ecossistemas, a pobreza energética e escassez hídrica, a perda da biodiversidade e danos ambientais extensos devido à crescente pressão populacional, direitos do solo não resolvidos, a carência de conhecimento e de tecnologia adequada, a exploração abusiva de recursos e o controlo estatal insuficiente.

A **fragilidade** dos Estados africanos continua a ser um tema com consequências significativas para a Europa. As áreas e regiões afetadas caracterizam-se por instituições fracas e uma presença fraca do estado que beira o perigo da dissolução do estado. Constituem fatores de risco elementares a ausência de Boa Governança e conflitos relacionados com recursos e com a distribuição da riqueza entre grupos que vivem em condições sociais diferentes. Muitas vezes, lealdades étnicas e parcialmente transfronteiriças estão mais desenvolvidas nas periferias de um país do que a própria identidade nacional. Em vários Estados há um grande arsenal de armas ligeiras, muitas vezes sem sistema de controlo. Em algumas áreas, sobretudo no Norte de África e na região do Sahel, a fragilidade é um terreno fértil para o crime organizado e o terrorismo nacional e internacional cujas consequências não ficam restritas a África. Os desenvolvimentos sociais dinâmicos e a integração na globalização levam, em alguns países, a uma lacuna de legitimidade para governos que não satisfazem ou não conseguem satisfazer as expectativas da população em relação ao abastecimento e à prestação de serviços (entre outros, acesso a alimentação, saúde, energia, água, educação, segurança e Estado de Direito).

**As diferenças acentuadas entre regiões e países ficam mais evidentes** e exigem uma perceção cada vez mais aguçada e uma aplicação mais diferenciada dos instrumentos de cooperação disponíveis. Os 54 Estados do continente africano têm perfis diferentes devido à sua história e às suas experiências individuais. Sub-regiões desenvolvem os seus mecanismos de integração em ritmos e com prioridades diferentes. Não somos os únicos a considerar ambivalente a posição do Norte de África como parte do continente, por um lado, e com vínculos à região do Médio Oriente, por outro. Estados de maior poder político e económico adquirem mais destaque. Em muitos lugares, o progresso económico coexiste com a mesma pobreza de antes e com deficiências na criação de postos de trabalho.

**Parceiros internacionais novos e antigos** estão a empenhar-se cada vez mais em África, com diferentes prioridades e êxitos, mas com uma consciência crescente da extensão dos potenciais e oportunidades. A China, o ator mais destacado, é conhecida pela sua focalização

na compra de matéria-prima, no uso de solo agrícola e nos mercados de consumo para os seus produtos e tem vindo a mostrar-se cada vez mais interessada em investimentos de longo prazo e condições gerais permanentemente estáveis. Também a Índia, a Turquia, o Brasil, o Japão e os EUA mostram grande interesse no continente africano. Precisamos de melhorar o nosso conhecimento e a compreensão das atividades de terceiros em África. Temos um interesse estratégico em continuar a aumentar a credibilidade e a influência da Europa em África.

**Os países africanos, a União Africana e organizações regionais** estão a tornar-se **parceiros cada vez mais importantes** no palco político e económico internacional. Apresentam-se com uma atitude mais determinada, apesar de mais heterogénea. Precisamos de fortalecer a nossa percepção de que eles são os nossos parceiros políticos e tentar encontrar posições e atividades comuns, entre outros em relação a um empenhamento global. A União Africana e os seus Estados-Membros têm assumido cada vez mais responsabilidade própria no seu continente, também no âmbito da segurança, e estão preparados para encarar e combater tendências negativas abertamente e assumir a liderança para incentivar reformas. Os Estados africanos maiores, enquanto potências organizadoras, manifestam ambições, inclusive a exigência de estarem representados no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para completar a visão de conjunto, também é necessário considerar que **as crises e consequências de conflitos** em África (fuga, crime organizado, proliferação, terrorismo, pirataria e muitos outros) afetam a Europa e a Alemanha de forma cada vez mais direta. Ligações crescentes com o Magrebe potencializam problemas originados na África subsariana. A instabilidade provoca **correntes migratórias** que, por sua vez, fomentam o tráfico de seres humanos e perturbações sociais. A cooperação com África nas áreas da política interna e da segurança estão no nosso interesse nacional. Num mundo conectado e globalizado, numa Europa sem fronteiras, só poderemos garantir a segurança na Alemanha se outras regiões também contribuírem para construir estruturas de Estado de Direito e autoridades de segurança eficazes.

As **expetativas de África em relação à Alemanha cresceram**: do ponto de vista africano, a crise financeira na Europa e a sua gestão também transformaram a Alemanha no ator central na Europa. Por este motivo, espera-se de nós **um papel mais forte** nas relações com África. A **Alemanha também está mais no foco da atenção** dos parceiros ocidentais, que esperam um empenhamento adequado à sua posição e às suas possibilidades.

## **2. O nosso empenhamento em África**

A União Africana (UA) e as organizações regionais africanas, bem como a maioria dos países africanos, fizeram grandes progressos na superação dos desafios. Isto aplica-se, sobretudo, ao desenvolvimento de uma arquitetura de paz e segurança para o continente inteiro. O progresso é o resultado de responsabilidade própria e da determinação de enfrentar os problemas; mas outro aspeto decisivo também foi e continua a ser o apoio internacional, principalmente da UE e dos seus Estados-Membros, como a Alemanha, assim como de outros membros da comunidade internacional.

Ao mesmo tempo, precisamos de nos preparar melhor para enfrentar a instabilidade e a fragilidade em África. Face aos riscos e desafios que perduram e apesar das capacidades e dos recursos africanos próprios, que continuam a ser insuficientes apesar dos progressos alcançados, ainda será necessário dar continuidade ao apoio da comunidade internacional por bastante tempo. Temos de agir em coerência com esta responsabilidade. Para tanto, o empenhamento político, de segurança e de desenvolvimento da Alemanha em África precisa de ser reforçado de maneira direcionada, ser adaptado às condições gerais em transformação e configurado segundo as características específicas dos respetivos países e regiões. Desta forma poderá alcançar-se um fortalecimento dos Estados africanos, o que também corresponde aos nossos princípios e interesses.

Diante deste panorama, podemos identificar **prioridades de ação** para o nosso empenhamento político em África nos próximos tempos, o que permitirá promover desenvolvimentos positivos e combater desenvolvimentos negativos de maneira eficaz. Queremos envolver tanto a sociedade civil e o setor económico de África como parceiros quanto os governos e as organizações regionais:

- **Continuar a fortalecer a integração regional.** A meta é promover a cooperação política e económica, reduzir tensões, integrar Estados frágeis em comunidades de responsabilidade, criar mercados maiores com livre circulação de trabalho e capital, diminuir barreiras comerciais e, com isso, tornar os Estados mais atraentes para investidores nacionais e internacionais. Além disso, queremos consolidar instituições para o controlo africano do cumprimento de padrões de Boa Governação e Direitos Humanos. Queremos alcançar estes objetivos através da intensificação da cooperação com a UA e as organizações regionais CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), CAO (Comunidade da África Oriental), com a integração de parceiros novos, como a China e a Índia, SADC (Comunidade de

Desenvolvimento da África Austral), IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, no Corno de África) e CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) bem como um apoio direcionado de outras organizações, como a CIRGL (Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos). Dentro da UE, queremos direcionar a política africana da Alemanha de maneira mais determinada e focalizada para o fomento das organizações regionais, entre outros, através da transferência das experiências de integração da União Europeia e da mobilização do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento. O fortalecimento de mecanismos regionais, como o East African Energy Network, também deverá ajudar a alcançar esta meta.

- **Fomentar a paz e a segurança, apoiar a Arquitetura Africana de Paz e Segurança (African Peace and Security Architecture, APSA).** A meta é viabilizar, através de um apoio direcionado às áreas de formação, aconselhamento e equipamento das forças armadas e de segurança, que os países africanos exerçam real e plenamente a sua responsabilidade própria na gestão de conflitos e, desta maneira, apoiar os parceiros africanos no desenvolvimento de capacidades para esse empreendimento e para a atuação na prevenção de conflitos e na solução civil de conflitos. Queremos contribuir para que os parceiros africanos implementem as suas próprias respostas aos desafios mais recentes da APSA em casos de crise: melhoria das capacidades africanas para missões rápidas (“African Standby Force”) e missões de paz e o estabelecimento da componente marítima da APSA, por exemplo, no Golfo da Guiné. Participaremos intensamente no desenvolvimento ou na atualização de estratégias regionais da UE (Golfo da Guiné, Sahel, Grandes Lagos africanos, Corno de África) e direcionaremos a iniciativa de capacitação da UE (“Enable and Enhance Initiative”, E2I) às necessidades da APSA, tanto a nível da UA quanto das organizações regionais. Além disso, queremos apoiar iniciativas africanas de controlo de armas ligeiras.
- **Diminuir a fragilidade, reduzir conflitos e violência, impedir a violação de Direitos Humanos.** A meta é prevenir crises atempadamente, combater a deterioração estatal e impedir influências negativas nas regiões vizinhas e na Europa. Expandiremos a cooperação com Estados frágeis e teremos como foco a perspectiva de futuro dos jovens (rendimento, emprego, formação). Preventivamente e depois de conflitos, envidaremos os nossos esforços em prol de reformas no setor da segurança e do desenvolvimento do Estado de Direito. Em países pós-conflito, aumentaremos o nosso empenhamento pela reintegração de refugiados e deslocados internos e pela

reconstrução económica, com a participação ativa das mulheres. Em contextos frágeis, alinharemos as nossas ações com uma abordagem bem articulada no âmbito da política externa, de desenvolvimento e de segurança. É assim que pretendemos aprofundar o nosso empenhamento no Sahel/Mali no âmbito da UE e da ONU para a reforma no setor da segurança e na formação de pessoal de segurança, continuar a apoiar ativamente o processo de reconciliação e expandir, na cooperação para o desenvolvimento, a prioridade existente no país de “descentralização e Boa Governança”, a fim de fortalecer processos de reconciliação também no Norte do Mali através do apoio das autarquias democraticamente legitimadas. Na região dos Grandes Lagos africanos, pretendemos apoiar a implementação da convenção-quadro regional, entre outros com contribuições para a reconstrução económica e o combate às origens estruturais de conflitos, a desmobilização e a reintegração de milicianos, a reforma no setor da segurança e a contenção efetiva do comércio com “matérias-primas de conflito”. Em dez países, um programa de parceria para a segurança biológica e a proteção da saúde deverá promover formas qualificadas de lidar com doenças que colocam a vida em risco e com a proteção contra o uso indevido dos agentes causadores das doenças.

- **Combater a pobreza e a fome, garantir a alimentação, fomentar a agricultura, o desenvolvimento rural e a urbanização sustentável.** A agricultura é uma área fundamental para o desenvolvimento das economias nacionais africanas. Com iniciativas concretas queremos direcionar melhor as nossas atividades para o apoio do aumento sustentável da produção e produtividade na agricultura africana e, ao mesmo tempo, para a proteção dos recursos naturais, com ênfase especial nos países menos desenvolvidos (Least Developed Countries, LDCs), países com especial potencial agrícola e países com alto grau de insegurança alimentar. A referência para as nossas atividades será o programa de desenvolvimento agrícola pan-africano (Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola em África, CAADP), o qual queremos continuar a apoiar. Pequenos agricultores e empresas familiares, que se integram cada vez mais no mercado e que contribuem tanto para a sua segurança alimentar como para a das suas regiões, merecerão especial atenção. Para exercer as suas atividades, necessitam de acesso seguro a solo e água, acesso suficiente a meios de produção e, sobretudo, a créditos, acesso a mercados, aconselhamento e, principalmente, acesso a inovações e tecnologias adaptadas (inclusive possibilidades de mecanização adaptadas). A criação de cadeias de valor (processamento e comercialização) e o apoio da cooperação interempresarial receberá especial atenção.

O setor económico alemão deverá ser convidado a participar neste processo com contribuições próprias. No âmbito da iniciativa especial “Um só mundo sem fome”, queremos desenvolver, junto com o setor agrário alemão, entre outros, dez centros de inovação para criar cadeias de valor agrárias. O Governo Federal apoia a aplicação das diretrizes voluntárias acordadas nas Nações Unidas para a administração responsável de solo, regiões de pesca e florestas e a elaboração de diretrizes voluntárias das Nações Unidas para investimentos responsáveis no âmbito do Comité de Segurança Alimentar Mundial, CSA (Committee on World Food Security, CFS). Pretendemos elaborar um plano de ação no âmbito da parceira UE-África para investigação na agricultura e segurança alimentar.

- **Fomentar estruturas do Estado de Direito e a Boa Governação, combater a corrupção.** A meta é consolidar as condições gerais para a criação de um estado com funcionamento efetivo, uma sociedade aberta e a continuação do desenvolvimento económico. Envidaremos especial esforço em melhorar as condições gerais para os atores da sociedade civil nos Estados de África, o que também servirá para melhorar a situação ainda insuficiente dos Direitos Humanos em vários países. Uma concentração na promoção do Estado de Direito é um ponto de partida eficaz, dado que há uma alta convergência de interesses no estabelecimento de um Estado de Direito por parte do setor económico e da sociedade dos respetivos países. Uma arquitetura de segurança funcional e baseada nos princípios do Estado de Direito, que corresponda à confiança e às expectativas dos cidadãos em relação à garantia de segurança, é um fundamento basilar de qualquer Estado. Os parceiros africanos consideram o sistema jurídico alemão e a polícia alemã eficientes e exemplares, de tal forma que os conhecimentos especializados alemães são bem-vindos. O fortalecimento de estruturas de Estado de Direito também será promovido através da formação profissional e do treino de jornalistas. O Governo Federal oferece este apoio através de diferentes programas. A igualdade de direitos entre homens e mulheres é uma meta transversal de importância superior da nossa cooperação, com um foco especial na promoção da participação equiparada de mulheres e do seu papel como atores do processo de desenvolvimento e no fortalecimento da proteção de mulheres em situações de conflito.
- **Implementar os direitos e a proteção social das pessoas, fomentar uma política de emprego sustentável.** A salvaguarda dos Direitos Humanos continuará a ser um objetivo universal do Governo Federal. Continuaremos a apoiar iniciativas africanas – estatais, regionais e da sociedade civil – para o fortalecimento e a aplicação dos



Direitos Humanos. Além disso, queremos promover especialmente a proteção das pessoas nas áreas social, da saúde e do trabalho. Um objetivo são cuidados de saúde adequados à procura, acessíveis a todos os grupos populacionais e com financiamento justo; empenhamo-nos particularmente no desenvolvimento de sistemas nacionais de saúde, no financiamento da saúde, na saúde sexual e reprodutiva, inclusive a prevenção de HIV/SIDA e na formação e treino de profissionais da saúde. Com o fim de promover políticas sociais e de emprego sustentáveis, oferecemos aconselhamento para o desenvolvimento de abordagens próprias e adaptadas a cada país, por exemplo, para a implementação e aplicação do “Global Jobs Pact” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das normas laborais fundamentais da OIT e para a criação de sistemas que ofereçam um nível mínimo de proteção social (“Social Protection Floor Initiative” das Nações Unidas). Uma investigação biomédica melhorada é um elemento importante para o fortalecimento duradouro dos sistemas de saúde em África. Por este motivo, queremos criar “Redes de Investigação para Inovações em Saúde na África Subsariana”, com o intuito de fortalecer a cooperação na investigação da saúde de forma duradoura. As prioridades serão a saúde pública e a aplicação de resultados de investigação já existentes e novos.

- **Reduzir as causas de fuga e proteger melhor os refugiados, elaborar uma política preventiva de migração voltada para o desenvolvimento e impedir abusos.** A meta é tomar medidas direcionadas contra as causas da migração involuntária e irregular e contra as consequências para as pessoas afetadas, bem como controlar melhor os fluxos migratórios regionais e transcontinentais e a migração regular. Para tal, queremos contribuir com medidas que melhorem a segurança e a assistência às pessoas nos seus países de origem e que criem localmente empregos e possibilidades de rendimento. Queremos combater o tráfico de seres humanos e fortalecer a proteção dos Direitos Humanos e dos refugiados através da integração económica de refugiados em importantes países de trânsito. Queremos fortalecer, junto com parceiros da UE, a abordagem geral de migração e mobilidade como abordagem de futuro para a cooperação na área da política migratória da UE e de África. Através de parcerias de mobilidade e instrumentos semelhantes, oferecemos apoio aos parceiros abertos à cooperação no processo de desenvolvimento de capacidades legislativas e administrativas para a gestão da migração e da proteção dos refugiados no âmbito de estruturas do Estado de Direito. Em contrapartida, esperamos dos parceiros a disposição de cooperar nas medidas conjuntas contra a migração irregular e de readmitir e reintegrar os migrantes. Os assuntos relacionados com a migração deverão

ser ancorados de maneira mais sólida e concreta na cooperação para o desenvolvimento com os Estados africanos. Queremos explorar as oportunidades de mobilidade regulada e legal – por exemplo, sob forma de transferência de dinheiro e de conhecimentos – para processos de desenvolvimento.

- **Apoiar os países do Norte de África de forma direcionada, em acompanhamento das parcerias de transformação com os países árabes em transição.** Queremos alcançar esta meta através da criação de um contexto regional seguro e estável, bem como no âmbito de uma iniciativa de estabilidade e desenvolvimento para o Norte de África e o Médio Oriente. A nossa cooperação estará particularmente orientada para os jovens a fim de lhes proporcionar perspectivas de futuro positivas, para reduzir tensões sociais e para erradicar as causas que alimentam o terrorismo. Medidas que gerarem empregos para homens e mulheres jovens serão a nossa prioridade. A Democracia, os Direitos Humanos, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o Estado de Direito, inclusive a formação de autoridades de segurança, e a Boa Governança deverão ser fomentados de maneira direcionada e flexível através da criação de fundos especiais. Dado que outra prioridade é o setor da educação enquanto condição elementar para a democratização, daremos continuidade à nossa iniciativa de educação, de cultura e dos média e continuaremos a promover programas de bolsas de estudo e extensas parcerias no ramo da educação/ciência e a formar e treinar jornalistas.
- **Usar matérias-primas de maneira responsável como instrumento de estabilidade e desenvolvimento económico, preservar ambientes naturais.** Para tanto, intensificaremos o nosso empenhamento em prol da preservação da biodiversidade, da proteção e da gestão de recursos naturais bem como do cultivo sustentável. Almejamos: maior transparência, contratos de matérias-primas justos, o cumprimento de padrões ambientais, sociais e de saúde, um processamento complementar mais extenso e receitas públicas mais elevadas em países africanos. Através da promoção de certificados, queremos apoiar, de maneira direcionada, a redução do comércio ilegal de matérias-primas. Desta forma, podemos reduzir o perigo de conflitos relacionados com as matérias-primas e a redistribuição e tomar providências para a altura em que a exploração de matérias-primas chegar ao fim. Ao mesmo tempo, empreenderemos esforços para que as receitas públicas da mineração e de outras indústrias de produtos de base importantes sejam utilizadas para despesas públicas relevantes para o desenvolvimento. Uma cooperação num clima de confiança na área das matérias-

primas também aumenta a segurança de abastecimento para a economia alemã. Isto deveria acontecer, entre outros, através de um papel de liderança na iniciativa do G7/G8 para consultoria no âmbito de contratos de matéria-prima, através da promoção de iniciativas de transparência (implementação e disseminação dos padrões da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas, EITI) e através de iniciativas de certificação regional de matéria-prima.

- **Apoiar o crescimento económico, o comércio e investimentos.** A meta é gerar mais empregos em países africanos através de maior valor acrescentado e alcançar um crescimento económico mais sustentável; desta forma deverão ser reduzidas dependências unilaterais, por exemplo de matérias-primas, e criadas infraestruturas próprias de abastecimento, de economia e de qualidade, bem como setores económicos competitivos. Será dada especial atenção ao fomento de empresas em fase de arranque e de pequenas e médias empresas com potencial inovador, a possibilidades de financiamento para microempresários e ao apoio específico a mulheres. Na área do comércio, temos de zelar especialmente pela celebração dos acordos económicos e comerciais negociados pela Comissão Europeia, tanto no que diz respeito às negociações em curso dos acordos de parceria económica (Economic Partnership Agreement, EPA) como aos acordos comerciais com os países do Sul do Mediterrâneo. Estes têm como finalidade uma contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável e para a integração regional nos países parceiros. Neste contexto, são de grande importância as medidas de apoio de ampla extensão para o desenvolvimento das capacidades africanas locais, a maior flexibilidade possível no acesso aos mercados da UE e uma cuidadosa abertura de mercado do lado africano, respeitando a conformidade com a OMC, uma forte ancoragem de padrões sociais e ambientais e medidas que acompanhem os esforços africanos de alcançar uma maior integração económica regional com o objetivo de implementar uma zona de livre comércio africana. Para aumentar a atratividade de investimentos em África e o aumento da parcela de valor acrescentado, o apoio prestado aos Estados africanos na implementação do acordo da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre a redução de barreiras comerciais adquire grande importância. Queremos prestar uma contribuição especial através do fortalecimento continuado da formação profissional em África que esteja orientada para o mercado de trabalho a fim de aumentar a empregabilidade. Também queremos apoiar Estados na disponibilização de prestação de serviços de abastecimento e serviços essenciais (por exemplo, através de tecnologias energéticas renováveis e descentralizadas). Parcerias energéticas iniciadas

no plano político, como aquelas com a África do Sul, Marrocos e a Tunísia, ou parcerias energéticas lançadas diretamente por empresas, como aquelas com a Nigéria, podem constituir modelos para a prossecução da cooperação. Através delas, a Alemanha presta apoio na superação de desafios da política energética e no desenvolvimento de um fornecimento de energia sustentável nos países parceiros e, ao mesmo tempo, promove cooperações a nível empresarial. Podemos cooperar com os países insulares da África oriental do Oceano Índico no desenvolvimento de uma economia marítima sustentável (“blue economy”).

- **Explorar o potencial dos mercados africanos para a economia alemã.** As empresas alemãs, com o seu modelo empresarial geralmente orientado para o planeamento a longo prazo, são bons parceiros para o desenvolvimento económico sustentável, também porque contribuem para a formação de pessoal especializado e estabelecem critérios exigentes em termos de responsabilidade social das empresas (Corporate Social Responsibility, CSR). A meta é alcançar uma melhoria do quadro regulatório e, de uma forma geral, do clima de investimento nos países africanos parceiros, em benefício tanto da população local como das possibilidades de investimento também de empresas alemãs, em especial de pequenas e médias empresas. Ao mesmo tempo, torna-se necessário aplicar com mais eficiência os instrumentos do nosso fomento do comércio exterior. Para este fim, deveríamos estudar a possibilidade de uma ampliação gradual das possibilidades de cobertura para Estados africanos desendividados que integram os Países Pobres Altamente Endividados (“Heavily Indebted Poor Countries”, HIPC). Em África queremos aumentar de forma recíproca os efeitos das medidas da cooperação para o desenvolvimento e do fomento do comércio exterior através de uma melhor articulação.
- **Viabilizar a educação em todos os níveis, intensificar a cooperação na ciência e na investigação.** A educação é a chave para um futuro melhor e autodeterminado. Educação para todos - não somente para as elites - combate as condições que freiam o desenvolvimento, como corrupção e distribuição desigual de riquezas. A meta é um acesso universal à educação relevante e de alta qualidade em todos os setores da educação, especialmente para grupos marginalizados. Daremos prioridade ao fortalecimento da educação fundamental e à criação e ampliação de sistemas de formação e qualificação profissional voltados para o mercado de trabalho, inclusive a formação profissional agrícola. Para alcançar esta meta, queremos desenvolver, entre outros, novas parcerias de formação em conjunto com o setor económico alemão. Na

área do ensino superior, incentivos a jovens de talento e jovens cientistas promissores estão no foco das atenções. Apoiaremos a UA no seu esforço de criar uma universidade pan-africana com ênfase em disciplinas relacionadas com água, energia e mudança climática como uma universidade de excelência ligada a uma estreita cooperação académica e de investigação germano-africana. Nos últimos anos, tem-se verificado uma mudança de paradigmas na cooperação científica. A meta continua a ser apoiar a criação de estabelecimento científicos e centros de investigação eficientes em países africanos. Contudo, neste caso, são os objetivos comuns de investigação que estão no centro das atenções - e muitos deles contribuem para a superação de desafios globais. Neste contexto, o apoio ao desenvolvimento de capacidades em países africanos é um elemento complementar - apesar de fundamental. Em prol da sustentabilidade, a contribuição dos próprios parceiros de cooperação é muito importante para nós. Além disso, queremos proporcionar às nossas instituições de investigação a possibilidade de cooperar com as melhores do mundo - também em África. Na área científica, ao redor de centros de excelência, formam-se automaticamente redes de intercâmbio de trabalhos de alta qualidade. Investir nestas intersecções significa fortalecer potenciais e construir pontes para cooperações duradouras. A fim de preparar o terreno para um entrelaçamento com a economia, os projetos de pesquisa deverão, já desde a fase de requerimento, contemplar de forma mais acentuada a possibilidade de potenciais de inovação. Além disso, a criação ou a ampliação de estruturas de inovação deverão ser apoiadas através de medidas de consultoria de sistemas. Cooperações-modelo deverão servir para fortalecer, de forma duradoura, sistemas de ensino superior e de investigação nos nossos países parceiros.

- **Fortalecer a governação global, proteger recursos naturais e o meio ambiente, preservar a biodiversidade.** A meta é encontrar uma posição comum em relação a temas de interesse global e, sobretudo, também de interesse africano (alimentação, clima, água, gestão de químicos e resíduos, biodiversidade, combate à caça furtiva, uso de recursos e eficiência de recursos) e, desta forma, aumentar a contribuição de África para os desafios continentais ou globais. A cooperação para o estabelecimento de uma futura parceria global (Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015) é de importância fundamental. Queremos intensificar o diálogo com os parceiros africanos (UA, organizações regionais e Estados-Membros). Podemos prestar contribuições especiais através de: promoção da transferência de conhecimento e tecnologias sobre assuntos relacionados com a água; apoio de áreas protegidas nacionais e transnacionais e a integração da proteção da biodiversidade em planeamentos de desenvolvimento e

processos de decisão políticos e económicos; maior cooperação no combate à caça furtiva no âmbito das Nações Unidas; apoio a comprovativos de legalidade e sustentabilidade de madeira tropical e combate ao desflorestamento ilegal; desenvolvimento urbano social e ambientalmente responsável (urbanização sustentável); maior ancoragem de padrões ambientais, sociais e de Direitos Humanos no setor de matérias-primas; eficiência de recursos; implementação do Plano Estratégico 2011-2020 da Convenção sobre a Biodiversidade e das diretrizes da ONU sobre a administração responsável de direitos de uso do solo e das terras, regiões de pesca e florestas; elaboração das diretrizes da ONU para investimentos responsáveis no âmbito do Comité de Segurança Alimentar (CSA); implementação dos princípios orientadores da ONU para a economia e os Direitos Humanos. Queremos promover regiões-modelo para o desenvolvimento sustentável; as reservas de biosfera estabelecidas no âmbito do Programa Homem e Biosfera da UNESCO serão usadas como pontos de partida para a cooperação de governos, organizações da sociedade civil, empresas e instituições de investigação.

- **Limitar as alterações climáticas juntos e facilitar a adaptação às alterações climáticas em África.** Queremos intensificar a nossa cooperação, sobretudo na área da proteção do clima, do apoio ao desenvolvimento de sistemas energéticos compatíveis com o clima e da adaptação às consequências das alterações climáticas. Entre outros, queremos apoiar as instituições do programa pan-africano de agricultura no seu ensejo de planear medidas de adaptação às alterações climáticas na agricultura em todo o continente africano. Neste contexto, a situação de grupos especialmente vulneráveis (pequenos agricultores, pastores e nómadas) deverá ser tida em conta. Além disso, para contribuir de maneira eficaz para a proteção do clima é fundamental preservar florestas e zonas húmidas de grande extensão e com grande variedade de espécies enquanto sumidouros de carbono relevantes para o clima mundial. O desflorestamento e a degradação de florestas devem ser impedidos com o fim de evitar a libertação de grandes quantidades de CO<sub>2</sub>. Queremos fortalecer o papel ativo de **África como parceiro global** na proteção de bens públicos globais, como na elaboração e implementação de ambiciosas metas internacionais de clima e biodiversidade e na transição para um desenvolvimento de baixo carbono e eficiente na utilização de recursos. A cooperação na área da investigação deverá ser fortalecida por meio dos “centros de competência para as alterações climáticas e a gestão adaptada dos solos”, de forma a permitir que os Estados em questão tomem as suas próprias decisões válidas em termos do uso do solo e do abastecimento de água.

- **Ampliar a cooperação na área cultural.** A meta é fortalecer a consciência das próprias raízes culturais e, deste modo, aumentar também a resistência contra propostas extremistas. Por este motivo, a preservação do património cultural e natural bem como o diálogo interétnico e inter-religioso estão no foco do empenhamento cultural do Governo Federal em África. Instrumentos da política cultural e educacional externa da Alemanha que promovem a identidade cultural e estão orientados para o diálogo (programas de preservação cultural, a plataforma africana “Contemporary&”, o projeto artístico pan-africano “Arte no espaço público”) deverão ser usados de forma mais intensa. Dado que o desporto ajuda a promover a identidade cultural e a facilitar a integração, também queremos expandir a cooperação política na área do desporto. O intercâmbio juvenil internacional não-escolar, nos seus diferentes matizes, tem-se revelado uma parte integrante eficaz da política cultural e educacional exterior da Alemanha.
- **Assegurar uma presença frequente e visível de atores africanos importantes.** A meta é alcançar uma melhor troca de informações acerca de questões africanas e globais importantes, inclusive a abordagem de temas relacionados com a prevenção de crises e a reação a crises. Queremos intensificar o diálogo político através dos formatos estabelecidos (por exemplo, comissões binacionais com a África do Sul e a Nigéria, negociações intergovernamentais no âmbito da cooperação para o desenvolvimento) e dos foros internacionais (por exemplo, no contexto da discussão da Agenda Pós-2015) com estes e outros parceiros e realizá-lo com mais frequência. Os Estados com função de modelo democrático ou aqueles que prestam uma contribuição significativa para a integração regional também estão no foco das atenções.
- **Maior coordenação com parceiros estratégicos em relação a África.** A meta é envolver estes parceiros num empenhamento construtivo no que diz respeito ao fortalecimento de estabilidade e da integração, entre outras questões. Para tanto, queremos incluir o tema África com mais frequência nos nossos diálogos e nos diálogos da UE com a China, a Índia, o Brasil, a Turquia, os EUA etc., inclusive em cimeiras da UE com Países Terceiros. Pretendemos dar continuidade ao desenvolvimento de novos formatos de diálogo, por exemplo, Alemanha-África Oriental-China-Índia no âmbito do diálogo sobre o Oceano Índico.

- **Participação ativa na reorientação da parceria G7/G8-África.** A meta é um apoio eficaz à reforma do “African Partnership Forum” em relação à inclusão de parceiros estratégicos de África para além do G7/G8 (sobretudo a China, a Índia e o Brasil) e o fortalecimento da responsabilidade própria do lado africano pelo processo de diálogo. Com vista à presidência alemã do G7/G8 em 2015, queremos sublinhar a importância do diálogo com África e conquistar resultados importantes para África através de uma inclusão significativa de África no processo do G7/G8 e de uma participação na Cimeira do G7/G8.

### **3. Abordagem ampla e articulada da política africana**

Em prol de uma política africana eficaz e convincente, o Governo Federal vê a necessidade de uma **abordagem ampla e bem articulada** que abranja as atividades de todos os ministérios. Para tal fim, está disponível a rede das representações alemãs em África, que conta com mais de 2.000 especialistas da cooperação alemã para o desenvolvimento, das câmaras de comércio e indústria alemãs no exterior, de oficiais de ligação da polícia comum e de fronteira bem como conselheiros militares e grupos de conselheiros militares. O Governo Federal propõe-se **agir rápida e marcadamente, com antecedência e determinação, com base em valores e nos Direitos Humanos e com foco nos interesses em questão.** Esta exigência também deverá caracterizar o trabalho na UE e nas organizações internacionais, sobretudo nas Nações Unidas. A **concertação com os parceiros africanos, a União Africana e as organizações regionais** a serem apoiadas continuam a ser o fundamento para a atuação do Governo Federal.

**A política africana da Alemanha está inserida no contexto maior da UE.** Sempre que possível, o Governo Federal age em conjunto com os parceiros da UE. Queremos assumir um papel substancial na configuração da política africana da Europa. Para tanto, é necessário explorar melhor os potenciais de um procedimento baseado na divisão de tarefas, sobretudo em relação às diferentes funções dentro da UE. A UE dispõe de uma vasta gama de instrumentos que os nossos instrumentos nacionais deveriam complementar a fim de alcançarmos os objetivos comuns. Neste sentido, também apoiamos a abordagem ampla da UE. A **parceria UE-África** oferece uma plataforma adequada para articular o empenhamento europeu com o lado africano. Cimeiras e o seu “follow-up” oferecem a possibilidade de realizar ajustes e desenvolvimentos na cooperação, sobretudo na cooperação de apoio à Arquitetura Africana de Paz e Segurança, e direcionar a gama de instrumentos da UE (Política Externa e de Segurança Comum PESC; Política Comum de Segurança e Defesa PCSD, Fundo Europeu de Desenvolvimento FED, a Agência Europeia de Gestão da Cooperação



Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia Frontex, mas também o Fundo de Apoio à Paz em África APF, o Instrumento para a Estabilidade e a Paz IfSP, a observação de eleições e o Instrumento Cooperação para o Desenvolvimento DCI etc.) de maneira mais eficaz para os desafios africanos.

**Da mesma forma, deverá ser mantida a coerência com a atuação das Nações Unidas.** A ONU enquanto única organização internacional com filiação quase universal goza de legitimidade no mundo inteiro. Através das suas missões integradas, do entrelaçamento com os seus organismos dedicados a questões humanitárias e de desenvolvimento bem como da sua presença extensa, as Nações Unidas têm uma vantagem decisiva na estabilização a longo prazo e na consolidação da paz. Por tal motivo, procuramos uma estreita integração e vinculação à ONU para medidas de prevenção e estabilização em Estados frágeis. Como contribuinte importante, também exercemos influência sobre os programas orientados para África e os processos de reforma de instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, e elaboramos cooperações estratégicas com eles.

Para uma abordagem ampla no âmbito da política africana, é necessário garantir que as **atividades do Governo Federal** sejam **coordenadas** nas diferentes áreas e que sejam **coerentes**. Neste caso, o Ministério Federal das Relações Externas exerce uma função de coordenação geral que é complementada, na área da política do desenvolvimento, pela função de coordenação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) do Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento (BMZ), tendo em conta as instâncias coordenadoras competentes e a perceção própria das propostas por parte de cada ministério. O Governo não coopera somente com entidades estatais, mas também com a sociedade civil, a economia, a ciência e a cultura.

Como meio de coordenação no âmbito de uma cooperação coerente, além da concertação usual entre os ministérios, no futuro integraremos mais os grupos de pilotagem com conhecimento especializado sobre os respectivos países e também as negociações governamentais conjuntas sobre política do desenvolvimento para articular melhor as atividades relacionadas com um país e para direcionar ainda melhor a cooperação futura, inclusive o estabelecimento de estratégias específicas para países individuais. “Forças-tarefa” deverão ser criadas sobretudo nos casos em que um desenvolvimento crítico ou que apresente potencial de crise requeira o tratamento contínuo por representantes dos diferentes ministérios e organizações. É neste aspecto que a articulação deverá ser ampliada: desde a troca de

informações e o desenvolvimento de estratégias até a coordenação (desenvolvimento de portfólios, definição de prioridades e divisão de tarefas). Esta abordagem também requer uma integração, desde muito cedo, num empenhamento multilateral.

Para maximizar as oportunidades e prevenir conflitos, o Governo Federal quer aplicar, a nível interministerial e no âmbito da UE e da ONU, **todo o leque dos seus meios disponíveis** nas áreas da política, da segurança, do desenvolvimento, da política regional, da economia, da ciência e da cultura. O fortalecimento de estruturas civis fiáveis em África na área de **polícia, controlo de fronteiras e Justiça** tem uma relevância fundamental. Nesta área, a UE e a ONU dispõem de uma ampla gama de instrumentos civis de gestão de crises que também podem e deveriam ser aplicados preventivamente; a Alemanha contribui com a **formação de pessoal civil especializado** no Centro para Missões Internacionais de Paz (ZIF), com a participação em missões de paz civis e a formação e o apoio de forças de polícia civil. Práticas multilaterais complementam as nossas medidas bilaterais, como ajuda à formação e à aquisição de equipamentos e o envio de oficiais de ligação. Além disso, o conhecimento especializado e as estruturas alemãs deverão contribuir **de maneira mais acentuada em África na cooperação para promover o Estado de Direito**. A capacitação de forças regionais militares e policiais (de fronteira) é uma condição para que as organizações regionais africanas possam alcançar a meta da gestão autónoma de conflitos. Para obter efeitos sinérgicos, queremos ampliar o vínculo entre desenvolvimento e segurança.

Deverá ser fortalecida a capacidade do Governo Federal de **reconhecimento precoce de crises**. Por tal motivo, os resultados dos sistemas de alerta rápido existentes nos ministérios (Ministério Federal das Relações Externas, Ministério Federal da Defesa, Serviço Federal de Informações, Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento, Ministério Federal do Interior) deverão ser regularmente submetidos a avaliações políticas conjuntas no âmbito do grupo de pilotagem Prevenção Civil de Crises. Devemos acompanhar particularmente tendências de longo prazo e desenvolvimentos para além das fronteiras nacionais. Em caso de necessidade, deverão ser solicitados relatórios adicionais. O espaço geográfico a ser observado vai além da África subsariana e inclui, sobretudo, o mundo árabe-islâmico. Com base nesta avaliação da situação, deverão ser discutidas opções de ação a nível interministerial, a fim de continuar a melhorar os processos de concertação no contexto da gestão de crises. Haverá também concertações regulares respeitantes a estas questões com governos parceiros importantes.

Continuaremos a prestar ajuda humanitária rápida e direcionada em situações de emergência da população civil, que será entrelaçada com medidas de cooperação para o desenvolvimento com vista à criação de estruturas. Nesta área, há uma cooperação excelente e consolidada com **organizações não-governamentais** que dispõem, especialmente em África, de consideráveis conhecimentos especializados ou regionais. O Comité de Coordenação de Ajuda Humanitária, um fórum operativo e flexível para a cooperação em parceria com organizações não-governamentais, assume um papel importante. Queremos ampliar as cooperações estratégicas com organizações selecionadas e especialmente eficientes para além de projetos individuais. Em caso de crises iminentes ou deflagradas, podemos recorrer aos mecanismos para crises consolidados sob coordenação do **Centro de Reação para Casos de Crise** do Ministério Federal das Relações Externas para, por exemplo, proteger cidadãos alemães.

A meta prioritária do empenhamento da Alemanha na política de segurança é o **fortalecimento da responsabilidade africana através da capacitação dos parceiros africanos para a prevenção bem-sucedida de crises e a reação eficaz a crises**. Mulheres e homens soldados das Forças Armadas da Alemanha (Bundeswehr) estão já a prestar uma contribuição importante e valorizada em África através de formação, aconselhamento e apoio à aquisição de equipamentos, seja nas próprias organizações regionais, seja nos Estados relevantes para o desenvolvimento dessas capacidades. Ao mesmo tempo, membros das forças armadas de Estados africanos são formados pela Bundeswehr na Alemanha. Para além das competências concretas de soldado, esta formação também transmite a nossa imagem do soldado-cidadão. Desta maneira, a Bundeswehr contribui a médio e longo prazos para o desenvolvimento de forças armadas de orientação democrática em África. No âmbito de uma abordagem ampla e articulada (ou seja, em termos políticos, civis e militares) e como parte da superação coletiva e internacional de crises, baseada no direito internacional, o Governo Federal também está disposto a empenhar-se diretamente em crises graves para restabelecer a paz e a segurança.

**Medidas de estabilização** após a superação de uma crise são componentes importantes da gestão de crises. Estas medidas deverão ser implementadas em concertação sobretudo com a UE e a ONU, a fim de complementar os seus meios de estabilização em regiões pós-crise (neste caso, principalmente o Instrumento para a Estabilidade e a Paz/IfSP, o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos/IEDDH e o instrumento da UE de cooperação para o desenvolvimento “Development Co-operation Instrument DCI” com uma componente especial africana, missões de paz da ONU, missões políticas, ações de consolidação da paz, programa de controlo de armas ligeiras). Operações/missões no âmbito

da PCSD deverão ser seguidas por medidas de longo prazo sob responsabilidade e com recursos da Comissão Europeia, numa transição o mais fluente possível e sem rupturas. Em contextos que ainda apresentam alta fragilidade depois de conflitos, o Governo Federal quer apoiar mais **medidas de gestão pós-crise** de médio prazo.

As perspectivas de êxito da nossa atuação aumentam quando dispomos de bons conhecimentos sobre as realidades locais, de confiança construída a longo prazo e de uma boa articulação com entidades estatais e da sociedade civil, obtidos através de um empenhamento extenso e de longa data. Tais países e regiões são a escolha mais imediata para definir as prioridades do nosso empenhamento em África.

O Governo Federal continua a ressaltar a relevância de uma aceitação geral da sua abordagem ampla na sociedade alemã e prestará a sua contribuição no debate público sobre o assunto.

O Governo Federal está ciente de que uma política africana que pretenda contemplar, de maneira eficaz, a relevância cada vez maior desse continente e os especiais desafios que advêm das novas exigências **deve estar provida dos recursos correspondentes**. A viabilidade de medidas com consequências de considerável importância financeira depende do **quadro orçamental estabelecido** e da aprovação parlamentar. Os meios aplicados deverão ser controlados continuamente em relação à sua **eficácia e eficiência**. Neste contexto, medidas pró-ativas oferecem eficiência e sustentabilidade consideravelmente maiores do que medidas aplicadas para superar crises agudas. A nossa política africana deverá ser cada vez mais orientada para os resultados. O Governo Federal coloca as metas apresentadas e os instrumentos para a sua realização em proporção ao grau de realização das metas. Isto aplica-se, sobretudo, aos meios da cooperação para o desenvolvimento. A mensurabilidade e o efeito das medidas da política do desenvolvimento do Governo Federal deverão continuar a ser melhorados. Caso seja provável que uma meta não possa ser alcançada ou que os meios aplicados não estejam numa proporção adequada ao êxito, o Governo Federal reavaliará o seu empenhamento na área em questão.